



**CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
**GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE**

Apresentação: 25/03/2025 13:00:15.597 - CDHM/R

REQ n.4/2025

**REQUERIMENTO N.º , DE 2025**  
(Dep. Talíria Petrone e Dep. Erika Hilton)

Requer a realização de audiência pública conjunta na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e na Comissão de Legislação Participativa, para apresentação do Dossiê "Violação dos direitos e episódios de violência contra pessoas LGBTI+ de favelas.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública conjunta na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e na Comissão de Legislação Participativa, para apresentação do Dossiê "Violação dos direitos e episódio de violência contra pessoas LGBTI+ de favelas, realizada pela Conexão G - Grupo LGBT nas favelas.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252955662100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone e outros



\* C D 2 5 2 9 5 6 6 2 1 0 0 \*

Para tanto, gostaríamos de sugerir a seguinte convidada, que, de forma eminente, poderá debater o tema, sem prejuízo de outras sugestões do demais integrantes das Comissões:

A audiência pública terá a Mesa de Abertura com Autoridades Políticas e Parceiros, dividida em dois momentos. O primeiro momento contará com a presença de parlamentares e representantes de ministérios, sendo convidados:

- Representante do Ministério da Igualdade Racial,
- Gilmara Cunha, do Grupo Conexão G,
- Symmy Larrat, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+,
- Bruna Benevides, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA),
- Mariah Rafaela, consultora de Desenvolvimento Social para Inclusão de Orientação Sexual e Identidade de Gênero (SOGI) no Banco Mundial
- Lúcia Xavier, da organização Criola.

Segundo momento – representantes do Programa Rio sem LGBTIfobia

## JUSTIFICATIVA

Em um cenário onde a luta pelos direitos humanos se torna cada vez mais crucial, especialmente no Brasil — onde as populações marginalizadas enfrentam desafios persistentes —, a realização de uma audiência pública em Brasília, no mês de março de 2025, é de extrema importância para debater a violência enfrentada por pessoas LGBTQIAPN+, com foco especial em pessoas trans, negras e periféricas, e discutir a necessidade de produção de dados oficiais sobre essas violações.

A audiência pública é uma iniciativa do Conexão G, em parceria com a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, e faz parte de um esforço coletivo iniciado em 2022 para visibilizar a realidade vivida por pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social. A ausência de dados oficiais contribui para a invisibilidade de suas vidas e para a perpetuação de violências estruturais.

A escolha de Brasília como local do evento se justifica pela necessidade de



sensibilizar e envolver diretamente autoridades federais na discussão de um tema que afeta profundamente o tecido social do país. A articulação com figuras políticas de relevância nacional, como a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+, entre outras lideranças, reflete o compromisso do Conexão G em mobilizar o poder público para a formulação de políticas eficazes que assegurem os direitos fundamentais dessa população.

A audiência também tem o potencial de fortalecer redes de apoio político e social, criando espaços de escuta e articulação com movimentos sociais, ativistas, lideranças comunitárias e autoridades comprometidas com os direitos humanos. A presença das lideranças formadas pela Escola de Formação Crítica Majorie Marchi — que atuam em favelas e periferias — trará à tona a realidade concreta dessas comunidades, destacando a urgência de respostas públicas que considerem suas especificidades.

A realização da audiência pública em Brasília possui caráter nacional, contando com a participação de sujeitos políticos de diversas esferas do poder, incluindo parlamentares, ministros e representantes de secretarias nacionais.

O evento visa mobilizar tanto a sociedade civil quanto autoridades públicas de várias regiões do Brasil, com destaque para estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, onde a temática já é objeto de articulação entre mandatos e organizações da sociedade civil.

A presença das lideranças formadas pela Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, que atuam em favelas e periferias de cidades como Rocinha, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Salvador, Recife e outras, garantirá representatividade territorial e social, abordando as diversas realidades vividas por essa população no Brasil.

Essa audiência pública também se insere em um conjunto mais amplo de atividades promovidas pelo Conexão G, previstas para dezembro, em celebração ao Mês dos Direitos Humanos, incluindo mobilizações políticas, debates públicos e eventos de visibilidade voltados à população LGBTQIAPN+ de territórios periféricos.

## Objetivos



sensibilizar

autoridades

federais

envolver diretamente figuras políticas e autoridades federais na discussão

sobre a necessidade de políticas públicas eficazes para a proteção de



\* C D 2 5 2 9 5 5 6 6 2 1 0 0 \*

pessoas LGBTQIAPN+, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

2. Promover a visibilidade das violações  
Destacar a urgência da coleta e sistematização de dados oficiais sobre as violações enfrentadas por essa população, com foco em pessoas trans, negras e periféricas, frequentemente invisibilizadas pelo poder público.
3. Fortalecer a rede de apoio político e social  
Ampliar a articulação entre sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores e representantes públicos, buscando engajamento institucional e político para enfrentar a violência contra a população LGBTQIAPN+.
4. Consolidar a luta pelos direitos humanos  
Avançar no reconhecimento e na promoção dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, utilizando os debates e denúncias como base para futuras propostas legislativas e políticas públicas mais eficazes.
5. Incentivar a responsabilidade estatal  
Reforçar a responsabilidade do Estado na produção de dados confiáveis que orientem ações de prevenção, acolhimento e reparação diante das violências vividas pela população LGBTQIAPN+.

Diante do exposto, pedimos apoio para aprovação desta importante iniciativa.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**Deputada TALÍRIA PETRONE**

**PSOL/RJ**

**Deputada ERIKA HILTON**

**PSOL/SP**





\* C D 2 2 5 2 9 5 5 6 6 2 1 0 0 \*



C D 2 4 3 3 1 1 5 5 9 0 0 0 \*





# Requerimento (Da Sra. Flávia Morais)

Requer a realização de audiência pública conjunta nas Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para apresentação da Política Nacional de Cuidados do Brasil e debate da PEC 14/2024.

Assinaram eletronicamente o documento CD243311559000, nesta ordem:

- 1 Dep. Flávia Morais (PDT/GO)
  - 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
  - 3 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)



6 8 2 4 3 3 1 1 5 5 9 0 0 0 \*





## **Requerimento de Audiência Pública (Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer a realização de audiência pública conjunta na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e na Comissão de Legislação Participativa, para apresentação do Dossiê "Violação dos direitos e episódios de violência contra pessoas LGBTI+ de favelas.

Assinaram eletronicamente o documento CD252955662100, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

